

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.241 - SP (2019/0330820-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : THIAGO ROBERTO FELIX VENTURA
ADVOGADOS : ERIK TRUNKL GOMES - SP356366
MARIANA DE PAULA MARCON GUIDONI - SP336672
RECORRIDO : DIFUSION ADMINISTRACAO DE BENS - EIRELI
RECORRIDO : THIAGO VINICIUS BRAGA DE ALMEIDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por THIAGO ROBERTO FELIX VENTURA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRETENDIDO BLOQUEIO, VIA SISTEMA RENAJUD, DE VEÍCULOS DE TITULARIDADE DOS EXECUTADOS, ANTES MESMO DA REALIZAÇÃO DE SUA PENHORA. INVIABILIDADE.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NECESSIDADE, ADEMAIS, DE PRÉVIA CONSTATAÇÃO, POR OFICIAL DE JUSTIÇA, DA PRÓPRIA EXISTÊNCIA DOS BENS E DE SUA SITUAÇÃO, A FIM DE VIABILIZAR A MEDIDA RESTRITIVA, E BEM A ANOTAÇÃO DA PENDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO." (fl. 81)

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 139, IV, 797 do CPC/15 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que o juiz está autorizado a determinar a restrição de veículo automotor por meio do Sistema RenaJud, com o objetivo de promover penhora futura, sem necessidade de prévia localização e avaliação do bem.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

O Tribunal de origem entendeu que a restrição de veículo automotor via RenaJud só pode ser realizada depois da localização, avaliação e efetiva penhora do bem - isto é, a medida não pode ser determinada com o objetivo de viabilizar a penhora futura. Colhe-se do aresto:

"Assim porque o bloqueio e a anotação da existência da presente

demanda contra os proprietários dos veículos, perante o Detran, antes de realizada a penhora, não apenas carece de previsão no ordenamento jurídico, como ainda tal qual observou, de maneira percuciente, o Juízo se mostra inviável sem a prévia constatação física da própria existência dos bens, o que apenas sua prévia penhora pode regularizar.

Apenas uma vez ultimada a medida constritiva, efetuada por Oficial de Justiça e ante a constatação da existência física e da situação mesmo dos veículos em questão, é que se poderá cogitar de seu bloqueio e anotação relativa à pendência da presente demanda." (fl. 82)

Contudo, com o objetivo de conferir efeito satisfativo à tutela jurisdicional, o STJ tem entendido que a restrição de veículos mediante o Renajud pode sim ter como fim a localização e a efetiva penhora do bem. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO.

RENAJUD. POSSIBILIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui precedentes favoráveis à possibilidade de restrição de circulação de veículo, por via do sistema Renajud, para viabilizar a localização e apreensão do bem, a fim de que seja realizada a penhora e a consequente satisfação do crédito exequendo.

2. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1820182/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019)

EXECUÇÃO FISCAL. SISTEMA RENAJUD. APREENSÃO DO VEÍCULO. IMPOSIÇÃO LEGAL. PENHORA. EFETIVAÇÃO.

I - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que é legal a localização e restrição de circulação de veículo, por meio do sistema RENAJUD. Precedentes: AgInt no REsp n. 1.678.675/RS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 13/3/2018 e REsp n. 1.744.401/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 22/11/2018. (...)

III - Recurso especial provido.

(REsp 1778360/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019)"

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido e determinar o envio

Superior Tribunal de Justiça

dos autos ao juízo de 1ª instância, que deverá promover a consulta ao RenaJud e determinar a restrição de veículos automotores de propriedade dos executados.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator